

1
2 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na Sala de reuniões do
3 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria Especial de Políticas para
4 Mulheres, no Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, reuniram-se as
5 integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta:
6 1) Informes: Reforma Política; Anencefalia: campanha/votação STF; 2) Avaliação e
7 encaminhamentos Seminário “Conselhos de Direitos e Controle Social das Políticas para
8 Mulheres”; 3) Reunião da Cepal - Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e
9 Caribe (Brasil/julho 2010); CNDM – agenda outubro/novembro/dezembro 2009. Estiveram
10 presentes as seguintes representantes governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire – Secretaria
11 Especial de Políticas para as Mulheres; II) Teresa Sousa – Secretária – Adjunta Secretaria
12 Especial de Políticas para as Mulheres; III) Valeria Carvalho – Secretaria Especial de Política de
13 Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); IV) Luciana Carneiro Muçouçah - Casa Civil - PR;
14 V) Maria Claudia Canto Cabral – Ministério da Cultura (MIC); IV) Helena de Carvalho Fontes –
15 Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; VII) Rosiléa Maria Roldi Wille – Ministério da
16 Educação ; VIII) Inajara Inês Ferreira – Ministério da Justiça; IX) Andréia Costa Magnavita –
17 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; X) Suplente Lidiane Ferreira Gonçalves –
18 Ministério da Saúde; E as Conselheiras da Sociedade Civil: XI) Nelita Frank - Articulação de
19 Mulheres Brasileiras; XII) Gloria Márcia Percinoto – Associação Brasileira de Mulheres de
20 Carreira Jurídica ; XIII) Gláucia de Fátima Barban Morelli – Confederação de Mulheres do
21 Brasil; XIV) Maria da Conceição da Silva Azevedo – Federação Nacional dos Trabalhadores
22 Domésticos ; XV) Jeanete Assad Mazzeiro – Fórum de Mulheres do Mercosul; XVI) Claudia
23 Rejane de Barros Prates - Marcha Mundial de Mulheres ; XVII) Maria das Graças de
24 Figueiredo Costa – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia ; XVIII) Justina Inês Cima
25 – Movimento de Mulheres Camponesas; XIX) Vera Lúcia Ubaldino Machado – Rede Economia
26 e Feminismo; XX) Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Rede Nacional Feminista de Saúde;
27 XXI) Lucia Helena Rincon Afonso – União Brasileira de Mulheres ; XXII) Arlete Carminatti
28 Zago – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil BPW
29 Brasil; XXIII) Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino – Associação Brasileira de Pós-
30 Graduação em Saúde Coletiva ; XXIV) Rosane da Silva - Central Única dos Trabalhadores;
31 XXV) Raquel Felau Guisoni – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; XXVI)
32 Rosimere Maria Vieira Teles – Coodenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira;
33 XXVII) Rosane Bertotti – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; XXVIII)
34 Albertina Costa - Conselheira de Notório Saber em Questões de Gênero. A reunião foi aberta
35 pela Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que, após agradecer a presença de todas
36 apresentou a pauta e as justificativas de ausência das conselheiras Clara Charf, Ângela
37 Nascimento, Rita Fraga e Ligia Jesus, recuperando-se de problema de saúde, Jacqueline
38 Pitanguy, em viagem ao exterior e Marinalva Santana, por cumprir agenda de trabalho. A
39 secretária apresentou ainda as novas conselheiras governamentais Lidiane Gonçalves/Ministério
40 da Saúde (Suplente) e Valéria de Oliveira/Secretaria Especial de Promoção de Políticas de
41 Igualdade Racial (Titular). Em seguida, a palavra foi passada para a conselheira Raquel
42 Guisoni/CNTE, que apresentou informe sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Tripartite
43 para Reforma Política, onde representa o CNDM. A Subsecretária de Articulação Institucional
44 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sonia Malheiros, complementou o informe,
45 uma vez que coordena a referida Comissão Tripartite e o Fórum de Instâncias de Mulheres dos
46 Partidos Políticos, lembrando a todas do relançamento da página eletrônica
47 www.maismulheresnoperbrasil.com.br , importante ferramenta de informação e discussão
48 sobre o tema. Seguiu-se debate entre as conselheiras, entre as quais a conselheira Gloria Márcia

49 Percinoto, que solicitou que constasse em ata o reconhecimento por parte das conselheiras da
50 importância do trabalho realizado pelas companheiras em acompanhar todo o processo da
51 reforma política e em particular os recentes avanços conquistados na reforma eleitoral, embora
52 limitados bastante positivos no sentido de garantir mais mulheres no poder. Em seguida a palavra
53 foi passada para a secretária Susana Cabral, para informe sobre o andamento da questão da
54 anencefalia e o andamento do processo no Supremo Tribunal Federal. Após informar sobre as
55 ações relativas à campanha desenvolvida pelo CNDM e CEPIA, com distribuição dos materiais
56 em diversos eventos, inclusive no recente Seminário de Controle Social com os Conselhos
57 Estaduais de todo o país, que por sua vez levaram a seus estados, a secretária informou a respeito
58 do encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal da moção da Sociedade Brasileira pelo
59 Progresso da Ciência – SBPC – que contou também com a assinatura do CNDM, e da
60 possibilidade de que a ação que corre naquele Tribunal entre na pauta para votação até o final
61 deste ano. Foi então decidido que haverá visita das conselheiras aos Ministros do STF quando a
62 votação estiver marcada, uma vez que o CNDM vem acompanhando a tramitação da ação desde
63 as audiências públicas, para um trabalho de convencimento dos Ministros dada a importância do
64 resultado desta votação. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira Estela Aquino, da
65 ABRASCO – Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva – para apresentação
66 de seu texto “*Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde*
67 *coletiva*”, cuja cópia foi distribuída às conselheiras. Após o debate, foi decidido que a comissão
68 já existente no CNDM para o tema será transformada em Grupo de Trabalho dentro da Câmara
69 Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a ele devendo
70 incorporar-se a conselheira Estela Aquino. Encerrado este ponto, a ministra Nilcéa passou para o
71 ponto do Seminário “Conselhos de direitos e controle social das políticas públicas para
72 mulheres”, com participação dos conselhos de direitos da mulher estaduais e municipais das
73 capitais, realizado pelo CNDM nos dias 22 e 23 de setembro através de comissão eleita na
74 reunião anterior, integrada pelas conselheiras Nelita Frank/AMB, Rosa de Lourdes/RNFS,
75 Ângela Nascimento/ANMN (que solicitou seu desligamento por motivos de trabalho), Mônica
76 Rodrigues/MDS e Quenes Gonzaga/Secr. Geral. Ao iniciar seu informe, a secretária do Conselho
77 agradeceu primeiramente às conselheiras da Comissão pelo trabalho desenvolvido, que fez com
78 que o Seminário contasse com a participação de todos os estados da federação, agradecendo
79 ainda a todas as conselheiras que participaram ativamente dos grupos de trabalho e demais
80 atividades do seminário. Os trabalhos tiveram como objetivo o fortalecimento dos conselhos para
81 exercício do controle social, a atuação dos conselhos na construção dos Planos Estaduais e
82 Municipais de Políticas para Mulheres, a articulação entre os 3 níveis de conselhos (Nacional,
83 Estaduais e Municipais) para a criação de uma rede de Controle Social e o desenvolvimento de
84 uma agenda comum. Foi encaminhada às conselheiras uma tabela dos conselhos estaduais, com
85 diversas informações a respeito de sua composição, estrutura, presidência, entre outras, a ser
86 atualizada com as informações dos conselhos recolhidas no Seminário, através do questionário
87 distribuído aos conselhos participantes. O debate entre as conselheiras que se seguiu destacou
88 diversos pontos, dentre os quais a necessidade de o CNDM avançar na discussão política do
89 papel dos conselhos, a importância dos conselhos para a implementação das políticas para
90 mulheres na ponta (Plano e Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher), proposta de
91 dar institucionalidade aos conselhos, com a criação de um Fórum de Conselhos, e de uma futura
92 representação dos conselhos estaduais no CNDM, de articular encontros dos conselhos com os
93 encontros regionais do Comitê PNPM bem como com os organismos governamentais, de
94 elaboração de material básico de orientação para os conselhos, necessidade de recursos para
95 viabilizar os encaminhamentos do seminário (como o desenvolvimento de site do CNDM). Foi
96 definido que a comissão organizadora se constitui em Grupo de Trabalho do CNDM, com a
97 incorporação de outras conselheiras, para a partir do material consolidado do Seminário discutir

98 o papel do CNDM na articulação com os conselhos, dando visibilidade ao patrimônio político
99 conquistado com o trabalho iniciado com a realização do Seminário. Após o intervalo para o
100 almoço, a reunião foi retomada com o informe dado pela Subsecretária de Articulação
101 Institucional da SPM a respeito da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e
102 Caribe - CEPAL/ONU – a realizar-se em Brasília, em julho de 2010, com apresentação de
103 proposta que o CNDM integre um grupo de trabalho para elaborar uma primeira proposta para o
104 documento Consenso de Brasília, indicando as entidades da sociedade civil. Foi distribuído às
105 conselheiras, para conhecimento, o documento da Conferência anterior, e após o debate que se
106 seguiu, ficou decidido que o tema deve ser encaminhado à Câmara Técnica de Assuntos
107 Internacionais, e que o CNDM integre-se ao GT da Conferência através das integrantes da
108 sociedade civil da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais (Clara Charf/Not Conhecimento,
109 Graça Costa/MAMA, Claudia Prates/MMM, Gláucia Morelli/CMB, Jeanete
110 Mazieiro/FMMercosul), que convocarão outras entidades quando necessário (negras, índias,
111 trabalhadoras rurais, etc). Em seguida a conselheira Conceição Azevedo, da representante da
112 FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas pediu a palavra para lembrar
113 a importância de o CNDM discutir a questão do trabalho doméstico, ficando definido que será
114 ponto de pauta da próxima reunião do Pleno. Foi ainda decidida a realização de reunião da
115 Coordenação Política do CNDM (integrada pelas conselheiras Ministra Nilcéa Freire, presidenta
116 do CNDM, pelas conselheiras presidentas das Câmaras Técnicas e pela conselheira de Notório
117 Conhecimento Clara Charf), anterior à próxima reunião do Pleno, para planejamento dos
118 trabalhos e agenda do Conselho para os próximos seis meses. De acordo com as agendas das
119 conselheiras, para possibilitar a presença de sua maioria, ficou definido que a última Reunião
120 Plenária do CNDM será realizada em dois dias, no período de 8 a 15 de dezembro. Não havendo
121 mais outro ponto a tratar, e devido ao adiantado da hora, a Ministra Nilcéa agradeceu a presença
122 das conselheiras e seu empenho no Seminário de Controle Social com os Conselhos, e deu por
123 encerrada a reunião.

124

125